

KANT, HUSSERL E OS LIMITES DA RAZÃO

Kant, Husserl and the limits of reason

Milena Tarzia¹

Em geral, quando pensamos, direcionamos a atividade mental a um objeto a ser perseguido. Conhecer tal objeto significa torná-lo familiar, aproximá-lo, tomá-lo para si. Procuremos, portanto, *tomar para si* a questão: é possível conhecer a realidade, o mundo? Como é possível conhecer as coisas?

Para responder ao questionamento proposto, por ora, iremos nos deter ao pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant, de cunho originariamente pietista. Mais precisamente em sua obra *Crítica da razão pura*, Kant parece querer investigar a natureza e os limites do conhecimento humano.

Como bem se observa, fora somente por meio da análise da metafísica como o conhecimento dos princípios do intelecto puro que Kant pôde estabelecer as bases de seu pensamento, diferenciando o conhecimento sensível do conhecimento inteligível.

A relação entre sujeito e objeto se dá pela apreensão, quando há concordância entre a imagem do objeto e o próprio objeto perseguido. Esse seria, dispara o autor, um bom exemplo para que entendamos a noção de verdade. Assim auxilia Abbagnano: “O próprio Kant declara pressupor ‘a definição nominal da verdade como acordo do conhecimento com o seu objeto’”.²

¹ Professora Universitária, Coordenadora do Curso de Direito da FASC/OAPEC, Doutoranda em História pela UNESP/Assis, Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Advogada (Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá - UEM), Graduada em Filosofia pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Graduada em História (UNIP). Parecerista da RBCCRIM, Parecerista da Editora Abril e Editora-chefe da REJU. É sócia da SBEC - Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, da ABHR - Associação Brasileira de História das Religiões e da ABAMO - Associação Brasileira de Arqueologia do Mediterrâneo Oriental. É membro do NEAM - Núcleo de Estudos Antigos e Medievais da UNESP/Assis. Foi membro do Grupo de Estudos de Pragmatismo da PUC-SP. Coordenou o grupo de estudos Existência, em São Paulo, e os grupos de estudos Nietzsche e Albert Camus, em Bauru-SP. Coordenou o Núcleo de Extensão Universitária (NEXTU) da FASC/OAPEC e o Grupo de Estudos em Filosofia do Direito (GEF), da Faculdade de Direito de Santa Cruz do Rio Pardo (OAPEC ENSINO SUPERIOR). Atualmente, pertence ao Corpo Docente da Faculdade de Direito de Santa Cruz do Rio Pardo (OAPEC ENSINO SUPERIOR).

² Abbagnano, N. *Dicionário filosófico*. São Paulo, Martins Fontes, 2007, p. 97.

O conceito de verdade estaria nessa correspondência de assimilação pela atividade fenomênica da consciência racional. De igual modo, Locke já havia discorrido sobre a noção de associacionismo.

Sem afastar o conhecimento intuitivo, há critérios para se definir a verdade, mas há também razões para que confiemos na potência axiomática da razão humana. Desse modo, compreendemos que à pergunta “o conhecimento é possível?”, a resposta não poderia ser outra senão a afirmativa. E é justamente pela manifestação crítica, pela disposição à dúvida, que a possibilidade do conhecimento nos surge não mais como incógnita, mas como aparente verdade.

É pela metodologia crítica utilizada por Kant que verificamos que a dúvida nos encaminha a uma direção de descrença em relação ao certo, ao determinado, mas que é também por intermédio da crença na razão que tornamos o conhecimento do mundo algo possível, e a verdade realizável.

Contudo, não só a crítica é necessária para o processo de conhecimento. De modo mais específico, também a fé, ou seja, a crença naquilo que pode ser conhecido e no modo pelo qual o objeto é apreendido, é fundamental para que se alcance a compreensão e a verdade. A fim de esclarecer quais foram os caminhos tomados por Kant, tentaremos, portanto, apresentar e analisar – brevemente - a posição kantiana em relação ao processo de conhecimento e como ele, de fato, nos auxilia e nos aproxima da reflexão filosófica.

Foi a partir do pensamento de Kant que a teoria do conhecimento firmou-se como disciplina filosófica fundamental. Sem olvidar-se dos aspectos intuitivos e sem deixar de lado os dados da experiência, Kant fundou uma filosofia baseada na razão, conciliando racionalismo e empirismo, realismo e idealismo. Foi pela crença racional de que o conhecimento é possível que a filosofia transcendental de Kant enriqueceu-se. Não obstante tenha surtido grande efeito na tradição filosófica, a teoria kantiana do transcendentalismo trazia-nos uma nova problemática quanto à questão da possibilidade do conhecimento.

Para Kant, não era possível que conhecêssemos as coisas como elas realmente são, a “*coisa em si*” – nas traduções brasileiras. Conheceríamos, tão somente, a aparência das coisas, ou seja, como as coisas aparecem ao sujeito, o

mundo fenomênico, e não a “essência” do objeto, o que, de fato, o objeto é, resultando daí a incognoscibilidade do real:

Segundo o fenomenalismo, lidamos sempre com o mundo das aparências, com o mundo que aparece com base na organização a priori da consciência, e nunca com as coisas em si mesmas. Em outras palavras, o mundo no qual eu vivo é modelado por minha consciência. Jamais serei capaz de saber como é o mundo em si mesmo, à parte de minha consciência e de suas formas a priori, pois tão logo tento conhecer as coisas, já lhes imponho as formas de minha consciência. O que tenho diante de mim, portanto, não é mais a 'coisa-em-si', mas a aparência da coisa, a coisa tal como me aparece.³

Esse tipo de conhecimento é denominado por Kant de conhecimento sensível. Se o nosso conhecimento está limitado ao mundo fenomênico, poderíamos deduzir que a filosofia kantiana nos encaminharia para um mundo de representações (re-apresentação), nos moldes Schopenhaurianos, por exemplo. Contudo, Kant nos fala também de um conhecimento inteligível, aquele que, ao contrário, possui a faculdade de representar os aspectos das coisas que, por sua própria natureza, não são captados com os sentidos. *Conceitos do intelecto como “possibilidade” e “necessidade” não poderiam derivar dos sentidos, e é sobre tais conceitos que se funda a metafísica.⁴*

A metafísica operaria por meio dos juízos sintéticos *a priori*, ou seja, por meio de juízos universais e necessários e seus fundamentos. Esse foi para Kant o problema crítico por excelência: identificar o fundamento da síntese apriorística. Para tanto, Kant propôs seu modelo de revolução copernicana: no processo cognitivo, não é o sujeito que se adéqua ao objeto, mas o inverso:

Em poucas palavras, das coisas não conhecemos a priori a não ser o que nós mesmos nela colocamos e, portanto, o fundamento dos juízos sintéticos a priori é o próprio sujeito com as leis de sua sensibilidade e de seu intelecto.⁵

Ter-se-ia, portanto, conceitos que se formam por intermédio do conhecimento sensível e, de outro lado, conceitos que se formam por meio do conhecimento inteligível (metafísico). O intelecto seria uma das fontes do

³ Hessen, J. *Teoria do conhecimento*. São Paulo, Martins Fontes, 2003, p. 62-63.

⁴ Antiseri, D & Reale, G. *História da Filosofia, de Spinoza a Kant*. Vol. 4, São Paulo, Ed. Paulus, 2010, p. 351.

⁵ Idem, p. 352.

conhecimento humano e o responsável pela geração dos conceitos. A ciência que regularia o intelecto e seus conceitos, por sua vez, seria lógica. Nesse sentido, a lógica transcendental inauguraria a origem dos conceitos, daqueles que se referem aprioristicamente a um objeto. É possível subdividir a lógica transcendental em analítica (que se refere aos conceitos *a priori* e aos princípios do intelecto humano sem os quais nenhum objeto é passível de ser pensado) e dialética.

O intelecto humano, por ser discursivo, possui a função de organizar, sintetizar, unificar as intuições do conhecimento sensível em uma representação comum. Ele realiza sua função através do pensamento. É por esse motivo que podemos afirmar que o intelecto é a faculdade de julgar e que, para tanto, ele se utiliza de doze categorias básicas, a fim de formar conceitos puros. A fim de ilustrar, utilizamos novamente uma passagem de Reale:

O êxito final da revolução copernicana de Kant é que o fundamento do objeto está no sujeito: a unidade do objeto de experiência é constituída, na realidade, pela unidade sintética do sujeito, que Kant chama de 'apercepção transcendental' ou 'Eu penso'. O 'Eu penso' é a unidade originária e suprema da autoconsciência comandada pelas doze categorias: é, portanto, o princípio supremo de todo o conhecimento humano.⁶

O 'Eu penso' poderia, pois, ser encarado como a estrutura do pensar comum a todo sujeito empírico. E à pergunta "como são possíveis os juízos *sintéticos a priori*?", poderíamos responder simplesmente que são possíveis porque nossa razão possui atividade unificadora. Neste sentido, temos em nós as formas puras da intuição do espaço e do tempo *a priori*, que nos permite não somente observar e falar, mas conhecer o mundo a nossa volta.

Já a dialética transcendental kantiana estuda as estruturas racionais e a razão em si mesma, isto é, o intelecto. A razão possuiria a faculdade de silogizar, ou seja, de operar sobre os conceitos puros, que são as ideias. Em Kant, elas são três: ideia psicológica (alma), ideia cosmológica (mundo como unidade metafísica) e ideia teológica (deus). Esses são os conceitos supremos da razão, ou seja, as exigências estruturais que ele nos propõe.

⁶ Antiseri, D & Reale, G. *História da Filosofia, de Spinoza a Kant*. Vol. 4, São Paulo, Ed. Paulus, 2010, p. 353.

Resumidamente, é possível verificar que na *Crítica*, Kant parece nos condicionar a uma análise de que toda a metafísica, se encarada como ciência, é impossível, visto que sua síntese apriorística pressuporia um intelecto intuitivo, diferente do intelecto humano. Sem recair nos combates dicotômicos entre as doutrinas clássicas e repetitivas da epistemologia tradicional, e sem descartar a duplicação que a reprodução da aparência fenomênica induz à razão humana, parece-nos lícito admitir que o conhecimento seja possível em Kant somente pelas vias apriorísticas da razão, que organizam os dados da experiência e os apresentam de modo compreensível, apreensível e sintetizado. Não é por menos que Kant se nos apresenta oscilante, na *Crítica*, quando de suas colocações sobre o conhecimento inteligível e a formação de conceitos.

Desta feita, infere-se que nossa percepção captaria determinadas propriedades dos objetos, que, de certa maneira, o constituem para além da razão, motivo que nos faz crer que a teoria *a priori* da 'coisa em si' kantiana, apesar de tentadora, é falha em seus próprios fundamentos.

No entanto, é o próprio Kant quem nos apresenta os meios pelos quais a possibilidade do conhecimento se concretiza criticamente: por meio da investigação das fontes originárias dos princípios que guiam a racionalidade humana. E se a filosofia consiste na busca em alcançar o conhecimento e a verdade, é pela escavação a fundo desses princípios que podemos tornar mais próximo o próprio conceito de Filosofia: aprende-se conhecendo, ou seja, filosofando.

Há outro filósofo que investiu incessantemente na investigação a que nos referimos acima. Edmund Husserl, talvez o expoente maior da Fenomenologia. Contemporâneo, ele também defendia a tese de que, para que uma ciência fosse realmente rigorosa e alcançasse a apoditicidade necessária, seria preciso não descartar a lógica e seu conteúdo apriorístico. E foi por meio de um manuscrito redigido em 1907, *Investigações Lógicas*, que Husserl tomou posição e buscou distinguir esse movimento inicial de seu pensamento – a fenomenologia empírica – do que chamou de *doutrina das essências do conhecimento* ou *fenomenologia transcendental*.

Crítico do psicologismo, Husserl compreendia por fenomenologia transcendental a esfera fenomenológica que diz respeito tão somente à

consciência constituinte, ou seja, àquela que prescindir de axioma objetivo qualquer, que se refere somente a objetos próprios da consciência. A consciência, nesse sentido, manifestar-se-ia como *condição a priori de possibilidade de conhecimento*⁷, portanto, como transcendental. Soa-nos familiar, não?

Os interesses de ambas as esferas (empírica e transcendental) são distintos: de um lado tem-se o conhecimento objetivo, passivo, fundado em *verdades* de ordem objetiva, na experiência empírica e concreta; de outro, tem-se as essências que, de modo tipicamente ativo, eidético, constituem. Tem-se a consciência que, enquanto consciência, se dirige tão somente a fenômenos – e não a coisas.

Com efeito, poder-se-ia dizer que o conhecimento empírico se dá por meio de uma relação de apreensão; enquanto que o conhecimento, num nível transcendental, dar-se-ia por meio da constituição – da consciência que constitui significações. Essas relações entre constituição, significado e fenômeno são os objetos de estudo da fenomenologia transcendental, que pode ser interpretada como ciência das essências, ciência eidética, valendo-se do método intitulado de *redução eidética (transformação dos fenômenos em essências)*⁸ e da *epoché* (suspensão das crenças mundanas – mundo e ciências naturais “*entre parênteses*”; dos dados da consciência empírica) para a doação de sentido ao mundo.

Por derradeiro e sem mais delongas, nos é possível resumir e dizer que a fenomenologia transcendental é a ciência das essências, a ciência “*capaz de descrever a estrutura dos fenômenos da consciência*”⁹, e que é por meio dessa diferenciação entre fenomenologia empírica e transcendental que é possível vislumbrar duas direções distintas dentro do próprio conjunto fenomenológico: a fenomenologia idealista e a fenomenologia realista. Por questões didáticas, procuraremos nos atentar apenas ao conteúdo fenomenológico do pensamento husserliano. Eventuais discussões sobre rixas doutrinárias não nos interessam no presente ensaio.

⁷ Husserl, E. in *Os Pensadores – Coleção*, Ed. Nova Cultural, São Paulo, 2005, p. 06.

⁸ Abbagnano, N. *Dicionário de Filosofia*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2007, p. 449.

⁹ Galeffi, D. *O que é isto – A Fenomenologia de Husserl? In* Ideação. Feira de Santana, 2000, p. 24.

Ora, a consciência, para Husserl, é uma atividade constituída por atos (percepção, imaginação, etc.), numa estrutura intencional. Nesta esteira, do ponto de vista fenomenológico, a consciência não é substância, mas um “*dirigir-se para*”, de modo que poderíamos chamar de *fenômeno do conhecimento* todo ato da consciência que se volta para um objeto – que somente é objeto para uma consciência – intencionalmente, a fim de doar sentido constitutivamente. Somente, então, poder-se-ia falar em *conceitos*.

Por esse motivo, é lícito observar que todo ato da consciência, todo fenômeno, ou melhor, toda *noése*¹⁰, implica numa relação direta e intencional com o *noéma*, ou seja, com aquilo que é visado pelos atos da consciência, com o objeto constituído por essa atividade da consciência, com os correlatos intencionais, no modo de ser dado pelo objeto que nos é percebido. Em outras palavras, por meio de breve análise, poderíamos colocar que o *fenômeno do conhecimento* é *noése* e que o *objeto do conhecimento* é *noéma*:

“O *noéma* é um objeto de intencionalidade, um correlato objetivo, mas considerado desde a atitude fenomenológica, considerado apenas como experienciado. Não é uma cópia de um objeto, nem um substituto para um objeto, nem um sentido que nos relaciona ao objeto; é o objeto mesmo, mas considerado desde o ponto de vista filosófico.”¹¹

Ademais, resta salientar que diante da perspectiva fenomenológica, diferentemente do retrato kantiano, não há objeto *em si*, tampouco consciência *em si*; o objeto somente é objeto *para uma* consciência e vice-versa. Não há que se falar em dualidade, em dicotomia. Trata-se de uma correlação em que não caberia utilizar a palavra “*entre*”, por soar dual demais, mas que se dá por fenômeno-objeto, portanto, por consciência e objeto reciprocamente em doação, doação de sentido, de significação.

Cumpre-nos advertir que a consciência é fenômeno e que o objeto é aquilo que nos *aparece*, aquilo que é visado intencionalmente por esta consciência fenomênica e que só se dá, só se percebe, por meio desta, depende desta.

¹⁰ Trata-se, aqui, dos conceitos de *noése* e *noéma* puros, transcendentais.

¹¹ Sokolowski, R. *Introdução à Fenomenologia*. São Paulo, Ed. Loyola, 2004, p. 68-69.

No texto do Prof. Pieper *“Os caminhos da fenomenologia de Edmund Husserl”* o objeto é apresentado como se fosse o *“portador de propriedades que dão suporte ao noéma (...), pertencente ao núcleo noemático, como suporte dos predicados.”*¹² Por conseguinte, chega-se a conclusão de que o objeto é vazio, só é dotado de significações oriundas da consciência, de modo que Husserl o chamou de *“X vazio e idêntico da multiplicidade de noémas”*, ou seja, *“o objeto não tem qualquer conteúdo para além dos fenômenos”*¹³, e se mostra de forma direta, vez que fenômeno não é aparência, é o próprio ser do objeto, é o próprio aparecer.

Há aqui o hiato existente entre Kant e Husserl. Resta, por assim dizer, numa análise mais aprofundada, concluir que, em Husserl, o objeto é o próprio fenômeno, vez que não há distinção entre aparência e essência – a aparência já revela a própria essência do objeto - numa relação de unidade e interdependência, *“entre”* o ato de conhecer e o seu correlato, abrangida pelo plano da imanência transcendental.

Por todas essas razões é que, se dissemos que o conhecimento se dá por meio do desenvolvimento da relação entre dois pólos, numa via de mão dupla, num núcleo de unidade, há que se considerar que se trata de um processo, e se assim o é, configura-se como construção. Logo, não seria adequado tentar responder de forma definitiva aos questionamentos outrora propostos. A própria palavra *“possibilidade”* já indica e nos desloca para um campo de incertezas. Se o conhecimento e a teoria que o desenvolve estão em pleno devir, não nos parece correto buscar definições fechadas às problemáticas abarcadas, tais como: *“de que necessita a razão para falar acerca do mundo empírico?”*. Caberia, sim, o exame crítico desses problemas, sem saltos metafísicos ou fugas teológicas, a fim de que a atividade reflexiva e filosófica nos torne mais próximo e familiar o mundo em que vivemos.

Cumpramos reconhecer que a razão necessita não só de conceitos para falar sobre o mundo empírico, mas do próprio mundo empírico sem o qual qualquer categoria restaria eivada de vício e não teria razão de ser. Efetivamente, se levarmos em conta a proposição kantiana da *“coisa em si”*, já perceberemos o

¹² Pieper, F. *Os caminhos da fenomenologia de Edmund Husserl*. In *Conhecimento e metafísica: do iluminismo à atualidade* – Cadernos didáticos da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011, p. 32.

¹³ Idem.

caráter indelével, porém, mutável do conhecimento. A razão parece sempre nos impor um limite: um mundo em que nada pode ser, de fato, conhecido, não é um mundo familiar. E dessa ausência de familiaridade com o mundo, surgiram outras correntes filosóficas, também pautadas na teoria do conhecimento, que a transformaram, de modo inédito, ressaltando a intuição como meio fundamental para que se compreenda o processo de cognição.

Muitas vezes, é por meio do desconhecido, por meio dessa fratura com o mundo, que esse processo se desenvolve, e é para conhecê-lo, ou seja, para aproximá-lo de nós mesmos, que a filosofia se propõe como a atividade pedagógica por excelência.

DA APRENDIZAGEM FILOSÓFICA

Ao final da *Crítica da razão pura* Kant nos dirá que todo o conhecimento racional é baseado em conceitos ou construção de conceitos. No primeiro caso, o alicerce é a filosofia; no segundo, a matemática. Por esta razão, só nos é possível aprender a árdua tarefa de construir conceitos, a matemática. Aprender ou aprender o conceito em si mesmo, ou seja, a filosofia, não é possível, porque, para Kant, o ser em si mesmo não pode ser alcançado.

Entretanto, como já mencionado, há certas propriedades do objeto que de modo inconsciente não nos escapam, revelando não mais a mera representação, mas a participação. E é em consequência dessa participação, que Kant nos diz que não é possível aprender, conhecer a Filosofia; só é possível aprender a filosofar:

Entre todas as ciências racionais (a priori) só é possível, por conseguinte, aprender a matemática, mas nunca a filosofia (a não ser historicamente): quanto ao que respeita à razão, apenas se pode, no máximo, aprender a filosofar.¹⁴

Nesse contexto, Kant destacou o caráter histórico ao qual se vincula a Filosofia. O modo mais próprio de se fazer filosofia, de se aproximar dela, de torná-la familiar, se dá por meio do estudo da tradição, do que fora deixado por outros

¹⁴ Kant, I. *Crítica da Razão Pura*, 2001, (B885), s/p. Disponível em: <http://professor.ufabc.edu.br/~la.salvia/wp-content/uploads/2016/09/Kant-filosofiafilosofar.pdf>. Acesso em: 03 jul 2016.

pensadores, sem que, no entanto, nos limitemos à reprodução. O ato de filosofar está relacionado, justamente, com a intuição pura, com algo que não provém do senso histórico da tradição filosófica, mas dos princípios fundamentais da nossa própria razão:

Só é possível aprender a filosofar, ou seja, a exercitar o talento da razão, fazendo-a seguir os seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes, mas sempre reservando à razão o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes, confirmando-os ou rejeitando-os.¹⁵

Não obstante, não há nada mais coerente que afirmar a união entre a educação e a filosofia, vez que ambas possuem uma natureza em comum, guiada pela razão, pela cura e pela criação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por derradeiro, esclarece-se que o presente ensaio se valeu não somente do material bibliográfico abaixo descrito, a despeito do curto espaço de tempo concedido para que se elaborasse um texto suficientemente abrangente e profundo. Acredita-se, contudo, que o objetivo do ensaio tenha sido alcançado, em razão da interpretação dada aos textos suscitados, bem como por intermédio da compreensão do contexto em que eles se inserem, de modo que a razão fora encarada, inclusive em seus aspectos intuitivos, como fonte de um conhecimento possível e verdadeiro (delimitada pelas próprias condições em que está inserida) não só na medida da atividade reflexiva e filosófica, mas também sob o viés histórico e pedagógico.

Conhecer implica em apreender e aprender. O ensino é veículo pelo qual um determinado tipo de conhecimento é conduzido para sujeitos diversos. Isso significa afirmar que o hiato entre subjetividades já foi rompido. E é a diversidade de sujeitos, a pluralidade que faz do conhecimento uma via, uma possibilidade de vida, razão para o desconhecido e para o inacabado.

¹⁵ Kant, I. *Crítica da Razão Pura*, 2001, (B885), s/p. Disponível em: <http://professor.ufabc.edu.br/~la.salvia/wp-content/uploads/2016/09/Kant-filosofiafilosofar.pdf>. Acesso em: 03 jul 2016.

A busca pelo conhecimento é o legado da Filosofia, um legado que não se resume nos limites de uma razão baseada em sistemas e leis, mas que se entorpece também nas águas, muitas vezes inexplicáveis, da intuição. A sabedoria é o resultado dessa conciliação crítica entre sujeito e objeto, entre consciência e fenômeno, entre verdade e realidade. E saber disso, sem hesitações, é fundamental para que se pratique a Filosofia como exercício de vida, como a atividade reflexiva por excelência.

Do que fora exposto, é compreensível que a relação entre as obras propostas poderia ser mais bem observada se elevássemos à máxima estima o conceito de educação. A pedagogia e a filosofia são indissociáveis, de modo que não nos resta alternativa senão compartilhá-las, proferi-las, sob a ótica da realidade do tempo presente, sob a égide de uma razão fecunda e plural. Aos que se relacionam com estas categorias do pensamento, é legítimo salientar que este texto deve ser entendido como um ponto de partida investigatório e não como um percurso traçado, definido e acabado. Desse modo, não se descarta a relevância da continuidade do ensaio, como ferramenta indispensável à compreensão dos temas por ora abarcados.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

ANTISERI, D. & REALE, G. *História da Filosofia – De Spinoza a Kant*. Vol 4. Ed. Paulus, São Paulo, 2010.

COSSUTA, F. *Elementos para a leitura de textos filosóficos*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

GALEFFI, D. *O que é isto – A Fenomenologia de Husserl?* In *Ideação*. Feira de Santana, 2000.

HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. 3ª Ed, São Paulo, Martins Fontes. 2003.

HUSSERL, E. in *Os Pensadores – Coleção*, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 2005.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo, Abril Cultural, 2001.

MAYOS, G. *O criticismo kantiano*. Trad. de Ricardo Henrique Carvalho Salgado e João Paulo Medeiros Araújo. Barcelona: Educacionline, 2008.

PIEPER, F. *Os caminhos da fenomenologia de Edmund Husserl In Conhecimento e Metafísica: do Iluminismo à atualidade – Cadernos didáticos da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.*

SOKOLOWSKI, R. *Introdução à Fenomenologia*. São Paulo, Ed. Loyola, 2004.